

# **PROGRAMA DE TREINAMENTO PARA LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS: UMA PROPOSTA DE AÇÃO DO CBMSC PARA A REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES.**

Guilherme Martins da Silva<sup>1</sup>

## **RESUMO**

A ocorrência de desastres traz enormes prejuízos às sociedades atingidas. Logo, percebe-se a necessidade de adotar estratégias com vistas à redução de seus riscos, e por ser compromisso de todos (entes federados, sociedade, organismos civis, instituições privadas, instituições governamentais, dentre outros) deve ser implementada com eficiência. Nesse sentido, o objetivo principal do trabalho é demonstrar a importância da implantação de um programa de treinamento para lideranças comunitárias com vistas à redução dos riscos de desastres. A atuação junto à sociedade, demonstra o quão importante é a participação do CBMSC em outras fases do Ciclo de Atuação e Proteção em Defesa Civil (CAPDC) que não somente na resposta, uma vez que sendo grande mobilizador da sociedade, por meio de cursos ofertados à população, atua também nas fases de prevenção e preparação. O envolvimento de toda a sociedade assevera o compromisso de fortalecimento da gestão de risco de desastres e pressupõe melhor resposta da população quando da ocorrência destes. O trabalho de cunho bibliográfico e documental utilizou como base de dados o *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), PubMed, documentos produzidos pela Defesa Civil e trabalhos constantes na Biblioteca do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. A participação do CBMSC na implementação de um programa de treinamento para lideranças comunitárias denota a importância que a instituição tem no processo de gestão de risco de desastres.

**Palavras-chave:** Gestão de riscos e desastres. Educação para desastres. Ação social. Preparação da população. Programa de treinamento.

## **1 INTRODUÇÃO**

Os efeitos dos desastres são extremamente perniciosos e ocasionam degradação da condição de vida das pessoas. Há probabilidade cada vez maior da população mundial sofrer a ação de eventos naturais devido ao crescimento urbano desordenado e às alterações climáticas. Nesse sentido, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 1990 *apud* ALVALÁ, BARBIERI, 2018, p. 204) evidencia:

---

<sup>1</sup> Cadete do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC). Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: guilhermems@cbm.sc.gov.br

a possível interferência das mudanças climáticas na frequência e severidade dos eventos climáticos extremos. Esses eventos são os principais “gatilhos” para a ocorrência de desastres naturais de origem hidrometeorológica e climática, tais como inundações, enxurradas, deslizamentos de terra, destruição por vendavais, colapsos de safras e de sistemas de abastecimento de água por secas, entre outros.

Não distante desse quadro encontra-se o Brasil, que é assolado por eventos naturais cada vez mais frequentes. Para se ter uma noção, somente os eventos de Santa Catarina em 2008, Pernambuco e Alagoas em 2010 e Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011, tiveram como resultado prejuízos econômicos estimados em R\$ 15,5 bilhões (CEPED, 2016). Em Santa Catarina, o quantitativo de prejuízos públicos (serviços essenciais prejudicados pelo desastre) e privados (agricultura, pecuária, indústria e serviços) decorrentes de desastres ocorridos entre 1995 e 2014 foi de 12,5 bilhões de reais (CEPED, 2016).

Mais danoso que os prejuízos materiais são as mortes decorrentes de desastres, a exemplo das chuvas ocorridas em Santa Catarina no mês de novembro de 2008 e que totalizaram 110 óbitos, sendo 97% desses resultantes de soterramento pós-deslizamento de encostas (BANCO MUNDIAL, 2012).

Nesse cenário, mostra-se de suma importância a coordenação de ações para prevenir e responder a esses eventos. Com efeito, ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) compete, como instituição colaboradora da Defesa Civil, integrar esse processo já que tal missão está alicerçada tanto na Constituição Federal<sup>2</sup> quanto na Estadual<sup>3</sup>.

Partindo desse pressuposto, destaca-se também a necessidade de articulação da comunidade e dos governos locais para se que possa alcançar efetividade nas ações de prevenção e resposta:

A maioria das Defesas Cíveis no mundo se organiza em sistemas abertos com a participação dos governos locais e da população no desencadeamento das ações preventivas e de resposta aos desastres seguindo o princípio da Defesa Comunitária. (CEPED 2014, p. 36)

Destarte, por entender imprescindível a participação de todos a fim de garantir maior gestão dos riscos de desastres, sugere-se a implementação pelo CBMSC de um programa de treinamento para lideranças comunitárias com vistas à redução de riscos de desastres.

---

2 Art. 144. [...] § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil (BRASIL, 1988).

3 Art. 108 O Corpo de Bombeiros Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, subordinado ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em lei:

[...]

V – colaborar com os órgãos da defesa civil (SANTA CATARINA, 1989, art. 108, V).

## 1.1 METODOLOGIA

O estudo consiste em avaliar a participação do CBMSC na implantação de um programa de treinamento para lideranças comunitárias, de modo a garantir mais efetividade na atividade de gestão de risco de desastres.

A pesquisa é um processo importante e Fonseca (2002 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009) ressalta que esta nos aproxima do objeto a investigar, como um processo inacabado. Segundo o autor, a pesquisa tem por objetivo solucionar um problema recorrendo a procedimentos científicos.

Com o escopo de fundamentar a pesquisa, foi efetuado um levantamento bibliográfico através de artigos científicos, monografias e livros. Por tal razão, quanto aos procedimentos e técnicas, este trabalho se classificou como bibliográfico, uma vez que se empenhou em explicar o problema a partir das referências teóricas publicadas, buscando conhecer e analisar as contribuições científicas do passado sobre o assunto proposto (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Na pesquisa bibliográfica foram analisados temas relacionados à educação da população para redução dos desastres ou de suas consequências e a participação do Estado nesse processo. As bases de dados utilizadas foram o *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), PubMed, documentos produzidos pela Defesa Civil e trabalhos constantes na Biblioteca do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

## 2 EDUCAÇÃO PARA DESASTRES

A preocupação com os desastres e seus efeitos tem como órgão internacional norteador a Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse contexto realizam-se as Conferências Mundiais sobre Redução do Risco de Desastres, sendo que o foco das últimas conferências trouxe a importância da mudança cultural da gestão de desastres para gestão de risco de desastres, e nesse processo é que o papel da educação assumiu maior destaque. Dentre as principais Conferências destacam-se a Conferência de Yokohama em 1994, que elencou dentre os princípios para atingir os objetivos traçados, a importância da prevenção e preparação:

2º A prevenção e a preparação para desastres são de importância primordial na redução;

3º A prevenção e a preparação para desastres devem ser considerados aspectos integrantes da política de desenvolvimento e planejamento a nível nacional, regional, bilateral, multilateral e internacional de desastres;

4º O desenvolvimento e o fortalecimento de capacidades para prevenir, reduzir e

mitigar os desastres é uma área prioritária a ser abordada durante a Década, de modo a fornecer uma base sólida para as atividades de acompanhamento da Década (UNITED NATIONS, 1994).

A importância relacionada à prevenção e preparação esteve presente também nas conferências seguintes. A segunda Conferência Internacional para Redução de Desastres materializou-se pelo Marco da Ação de Hyogo 2005-2015, cuja temática centrava-se no aumento da resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres, realçando o compromisso dos países participantes com o alcance das prioridades elencadas, dentre as quais se extrai: “utilizar conhecimento, inovação e educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis” (UNITED NATIONS, 2005, p. 3). Para tanto, exalta a necessidade de inclusão do tema da redução do risco de desastres na educação formal e não formal e nas atividades de capacitação.

Diante desse novo conceito, educação formal e não formal, surge a relevância de apresentarmos o que é cada um. Primeiro vale ressaltar que a educação é um processo contínuo e se desenvolve em qualquer espaço social (ambiente escolar = educação formal; ambiente fora da escola = educação informal, baseada em processos espontâneos e experiências cotidianas; e educação não-formal, com objetivos explícitos de formação ou de instrução mas não escolarizada (GADOTTI 2005 *apud* SULAIMAN, 2014).

Ao processo de educação não-formal, atenta-se ao realizado junto à sociedade, pois conforme perspectiva adotada por Simon (1963 *apud* Sulaiman, 2014) as pessoas se comportam quando expostas a desastres com informação incompleta sobre as alternativas a serem tomadas. Além do acesso à uma comunicação deficiente, os envolvidos apresentam dificuldade de processamento e resposta diversa ao esperado (SULAIMAN, 2014). Frente a isso nasce a importância de direcionar a educação à necessidade de formar cidadãos conscientes e atuantes em prol de sociedades sustentáveis.

Seguindo na evolução da temática educação, esta continuou a ser palco de discussões na Conferência de Sendai (2015), que apresentou como prioridade de ação a compreensão do risco de desastres no qual, dentro de um contexto nacional e local, tinha por objetivos relacionados à educação:

\* Ampliar o conhecimento de funcionários do governo de todos os níveis, sociedade civil, comunidades e voluntários, bem como do setor privado, por meio do compartilhamento de experiências, lições aprendidas, boas práticas e formação e educação sobre a redução do risco de desastres, incluindo o uso de mecanismos existentes de formação e educação e aprendizagem entre pares;

\* Promover a incorporação de conhecimento sobre o risco de desastres – incluindo prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reabilitação – na educação formal e não-formal, bem como na educação cívica de todos os níveis e no ensino e treinamento profissionalizante;

\* Promover estratégias nacionais para reforçar a educação e a conscientização pública sobre a redução do risco de desastres, incluindo informações e conhecimentos sobre o risco de desastres, por meio de campanhas, mídias sociais e mobilização comunitária, tendo em conta os públicos específicos e as suas necessidades;

\* Intensificar a colaboração entre pessoas em nível local para divulgar informações sobre o risco de desastres através do envolvimento de organizações comunitárias e de organizações não-governamentais. (UNITED NATIONS, 2015, p. 10)

Logicamente, essa mobilização internacional em torno da educação para desastres teve repercussão também quanto à legislação nacional, com destaque para a lei nº 12.608, que dentre outros assuntos, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC de 10 de Abril de 2012. No que tange seu aspecto educacional prevê em seu artigo 9º como competência da União, Estados e Municípios:

I - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;

II - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres; (BRASIL, 2012):

As competências acima elencadas exaltam a necessidade de informar a população. Dentre os objetivos da PNPDEC ainda destaca-se a necessidade de orientar as comunidades a adotar comportamentos de prevenção e resposta em situações de desastre, dessa forma, garantindo sua autoproteção (BRASIL, 2012).

Entretanto, nesse viés educacional de informar e preparar, no caso dos adultos, há uma dificuldade maior quanto à mudança comportamental, pois cada um de nós transporta consigo padrões de pensamento, sentimentos e de ação potencial, que são o resultado de uma aprendizagem contínua, iniciada na infância, período do desenvolvimento onde somos mais susceptíveis à aprendizagem e à assimilação. Quando certos padrões de pensamento, sentimentos e comportamentos se instalam na mente de cada um, torna-se necessário desaprender, antes de aprender algo diferente, e desaprender é mais difícil que aprender pela primeira vez (SULAIMAN, 2014).

Sabendo dessa dificuldade é que devem ser implementadas algumas estratégias. A organização da sociedade se sustenta por valores que direcionam o comportamento humano e pelo surgimento de líderes aceitos pelo grupo como representativos da ordem ou objetivo maior, logo, deve-se incentivar a realização dos exercícios de preparação para desastres a partir dos **líderes comunitários**, pois esses são responsáveis por planejar, organizar e controlar situações que poderiam dissociar o coletivo frente às eventualidades, lutando por interesses comuns (SULAIMAN, 2014, grifo nosso).

Em suma, a educação para redução dos riscos de desastres referenciada internacional e nacionalmente é considerada uma ferramenta primordial à garantia da segurança da população

e deve ter apoio de todos os organismos governamentais em conjunto com a sociedade e demais organizações civis e também privadas. Tal afirmação pode ser corroborada pelo relato:

As crianças que sabem como reagir no caso de terremoto, os líderes comunitários que aprenderam a avisar a sua comunidade a tempo de se protegerem dos riscos e camadas sociais inteiras que foram ensinadas a se preparar para enfrentar desastres naturais contribuem para melhorar as estratégias de atenuação dos efeitos dos desastres. Educação e saber forneceram à sociedade estratégias de auto-ajuda que diminuem sua vulnerabilidade e melhoram sua vida. (UNESCO, 2005, p. 53)

Por tal razão salienta-se a importância de informar a população e melhor prepará-la aos eventos adversos. Nessa seara poderia o CBMSC, dada sua capilaridade no estado (até 04 de abril de 2018 presente em 137 municípios), inserir-se de forma mais promissora, e, em parceria com a Defesa Civil Municipal, garantir a implantação de projetos educacionais, como um programa de treinamento para lideranças comunitárias que assegurem o entendimento dos riscos de desastres pela população e uma melhor atuação quando de sua ocorrência.

## 2.1 CBMSC E O PAPEL SOCIAL

A redução de risco de desastres tem como função primordial que menos pessoas sejam mortas ou feridas; que a infraestrutura local (edificações, estradas ou propriedades) sofra menos danos; e que o meio ambiente não sofra alterações prejudiciais significativas (SANTA CATARINA, [2017?]). Tornar os ambientes mais seguros, diminuindo sua vulnerabilidade, faz com que os riscos de desastres possam ser diminuídos também. Dentre as medidas ditas não-estruturais (medidas estratégicas e educativas, sem a construção de obras de engenharia), está a orientação da população para medidas de proteção a serem tomadas em caso de desastre (SANTA CATARINA, [2017?]).

Nesse contexto educacional ressaltamos que a aproximação dos entes públicos com a comunidade, em especial àquelas das áreas de risco, favorece o processo de ensino/aprendizagem, por meio de um processo contínuo de envolvimento e participação efetiva das comunidades em todas as fases do Ciclo de Atuação e Proteção em Defesa Civil (CAPDC). Isso acarreta fortalecimento do processo de percepção de risco dos que vivem em áreas de risco, reduzindo desta forma a vulnerabilidade das famílias ameaçadas por desastres (SANTA CATARINA, [2017?]).

Sabendo da importância de estar em consonância com a sociedade, o CBMSC já realiza projetos sociais junto à comunidade. Este contato é de suma importância e afirma a responsabilidade social de uma Instituição, pois a partir dos conhecimentos repassados promove o empoderamento das pessoas da comunidade envolvidas nesses projetos. Mais do

que isso, a participação social efetiva nos assuntos a ela pertinentes a faz corresponsável pelas decisões tomadas e permite o alcance da cidadania plena.

Esse conceito de cidadania plena com a participação social vai ao encontro do que descreve Freire (1976), em que a sociedade renunciaria ao papel de mera expectadora para um comportamento de mudança, onde a educação voltada à decisão, à responsabilidade social e participativa. Para Freire a participação é cultura, e quando homens e mulheres compreendem o contexto em que vivem, podem desafiá-lo e propor soluções.

Esse comportamento é o esperado, em especial do público diretamente afetado por desastres, para que possa contribuir com soluções frente aos problemas que acarretam maior número de desastres. O que se extrai do exposto é que a prevenção de desastres consiste, principalmente, em medidas educativas e de conscientização, que visam aumentar o conhecimento das pessoas sobre o risco de desastres, permitindo-lhes saber o que fazer e como agir nesse tipo de situação. Para que as ações de prevenção sejam efetivas na prática, é importante que se crie uma cultura de prevenção por parte de todos os envolvidos na gestão dos riscos de desastres, especialmente nas comunidades mais suscetíveis a danos e prejuízos, ou seja, vulneráveis a desastres (SILVEIRA; CARDOSO, 2016).

Dentre os projetos sociais realizados pelo CBMSC, destaca-se o Bombeiro Comunitário quanto à gestão de risco de desastres, já que os participantes são treinados para a atuação na primeira resposta a situações emergenciais. No currículo do Curso Básico de Atendimento a Emergências (CBAE) desses voluntários, constam 08 horas de noções de percepção e gestão de risco e atuação inicial em acidentes. Logicamente é necessária uma abordagem mais profunda do tema a fim de que os conceitos ensinados possam ser difundidos junto à população que mais carece, qual seja, das áreas mais vulneráveis.

O CBMSC também desenvolve o projeto Bombeiro Juvenil, que promove “valorização da cidadania e inclusão social de jovens e adultos, preparando-os para atuar como agentes de defesa civil e nas primeiras respostas em princípios de incêndios e primeiros socorros, mas principalmente de forma prevencionista, evitando que acidentes nas mais diversas áreas ocorram”(CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, 2018).

O objetivo quanto a maior participação da população é promover maior gestão dos riscos de desastres e por consequência, salvar vidas. Gerir o risco significa também preparar a população, a fim de garantir melhor formação e capacitação dos recursos humanos, educação e treinamento das populações vulneráveis e planejamento para o desastre. Quando a população sabe como agir frente uma situação adversa, desastre, as consequências são muito

menores.

A exemplo desse empoderamento da população através do conhecimento é a atuação do CBMSC para construção de comunidades mais seguras através de atividades preventivas como o projeto Alerta Vermelho, definido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina como:

A Operação Alerta Vermelho consiste na visitação de Bombeiros Militares e/ou Bombeiros Comunitários em residências unifamiliares, escolas e empresas a fim de realizar uma análise da segurança destas edificações, bem como prestar esclarecimentos sobre os pontos vulneráveis da mesma e o que se poderia fazer para evitar sinistros, notadamente no uso da energia elétrica, GLP, combustíveis, velas e fogões a gás e a lenha. (SANTA CATARINA, 2017, p.2)

Todas essas abordagens promovem maior conhecimento à população. Uma população bem orientada tende a se organizar em grupos com objetivos específicos. Nessa esfera destacamos a importância de formação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs) formado por voluntários nas ações de Defesa Civil nos casos de emergência e calamidades.

Partindo da premissa supracitada, a implementação de um programa de treinamento para lideranças comunitárias se valeria do engajamento dessas pessoas a fim de proporcionar a disseminação dos conteúdos repassados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em parceria com a Defesa Civil Municipal e demais órgãos envolvidos na gestão de risco de desastres.

Em suma, a atuação do CBMSC como agente disseminador de boas práticas com vistas à redução dos riscos de desastres, sensibilizando tanto os gestores públicos quanto à população por meio da adoção de novas práticas culturais e mudanças comportamentais, é a maneira mais forte de promover a construção de comunidades resilientes, já que corrobora com os objetivos propostos pelo Marco de Sendai 2015-2030, que dentre os princípios orientadores destaca que a redução do risco de desastres exige engajamento e cooperação de toda a sociedade (participação inclusiva); que essa depende do empenho de todas as instituições públicas de natureza executiva e legislativa em nível nacional e local além da habilitação das autoridades locais para redução dos riscos de desastres (UNITED NATIONS, 2015).

## 2.2 PROGRAMA DE TREINAMENTO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Dentre as competências do Município estipuladas pela PNPDEC, encontram-se: vi) manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem



como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres; vii) realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil; viii) estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC; e ix) promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas (BRASIL, 2012).

Todas essas funções denotam a necessidade de que o órgão municipal de Defesa Civil prepare a população para a ocorrência de desastres. Entretanto, em alguns municípios percebe-se que a estruturação da Defesa Civil local se faz de modo incipiente, por vezes resultado de indicações políticas que não necessariamente estariam atreladas à necessidade do conhecimento teórico robusto dos ocupantes das cadeiras de Defesa Civil Municipal.

Nesse sentido, percebe-se ainda mais a importância do CBMSC como agente de assessoramento dos gestores públicos locais, valendo-se do conhecimento e do preparo da instituição no atendimento à população em casos de desastres, para também melhor instruí-la através da implementação, inicialmente, de um programa de treinamento para os líderes comunitários, a fim de que estes possam replicar os conhecimentos adquiridos para os demais moradores.

Desarte, auxiliaria na capacidade de resposta da população e sabe-se que essa está intimamente ligada à sua autoproteção. Dentre as ações listadas para redução de risco de desastres a partir da mobilização comunitária, destacam-se:

- Desenvolver reuniões e oficinas contínuas com lideranças comunitárias a fim de integrá-los na Gestão de Riscos de Desastre.
- Capacitar agentes comunitários para atuar nas diferentes etapas do Ciclo de Gestão de Proteção Civil.
- Estimular a formação de núcleos comunitários de Proteção e Defesa Civil ou comitês locais de Gestão de Riscos e de Desastre.
- Desenvolver estratégias para ampliar os conhecimentos da população sobre os riscos de desastres no Município, buscando ampliar a sua percepção de riscos. (CEPED, 2014, p. 97)

Desse modo, o CBMSC poderia atuar em parceria com as Defesas Civis municipais para implementação de um programa de treinamento para lideranças comunitárias. Inicialmente, para garantir a participação dos líderes comunitários deve-se divulgar a existência do programa buscando contato com estes ou através das mídias sociais. A partir das reuniões se apresentariam as metas do projeto, bem como as propostas e a apresentação dos líderes comunitários de cada região com as problemáticas enfrentadas por cada local no que concerne os riscos de desastres, garantindo maior participação desses atores no gerenciamento das atividades, afinal conhecem como ninguém a realidade que vivem (BRASIL, 2014).

Os responsáveis pelo projeto devem preocupar-se com o conteúdo a ser ministrado (o que se pretende transmitir); a linguagem que se deve utilizar (linguagem apropriada ao público-alvo); tempo (horário oportuno para que isso ocorra visando maior participação, datas pré-definidas). Ademais, a aprendizagem deve centrar-se na resolução de problemas reais, com conteúdos práticos. Os instrutores do projeto devem buscar diversas formas de atingir o público já que os participantes podem ser de diferentes níveis de escolaridade, utilizando-se de vídeos, dinâmicas, imagens, debates, trabalhos em grupos, simulações e dramatizações. Todos esses conceitos são essenciais ao sucesso do programa e devem ser observadas pelos disseminadores das informações (BRASIL, 2014).

A preparação de lideranças comunitárias já foi objeto de curso desenvolvido pela Defesa Civil em parceria com o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), “Sensibilização para Prevenção de Desastres”, no qual foram desenvolvidas palestras com temas em defesa civil envolvendo profissionais universitários, bombeiros militares, agentes de defesa civil. O projeto contou com oficinas para construção de mapas comunitários de risco e documentos com descrição das propostas de intervenções locais para redução dos riscos de desastres. Foram realizadas atividades de campo para aplicar os conteúdos aprendidos em sala e 36 lideranças comunitárias que representavam 7 comunidades do Maciço do Pirajubaé foram formadas (CEPED, 2010).

Logo, a ideia seria que o programa fosse uma extensão do que já ocorre com os programas de sucesso realizados pelo CBMSC, como o Bombeiro Comunitário, pois abarcam muito do que seria necessário para a ação de voluntários em uma situação de desastre, inclusive tendo como um dos objetivos “formar na comunidade força organizada de defesa civil para atuação nas situações de emergência ou calamidade pública durante os desastres” (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, 2014). Além disso, seriam inseridos conteúdos relativos à percepção de riscos de desastres da cartilha: Os CONSEGs e a redução de riscos (DUARTE, 2008), com algumas modificações na composição dos módulos para atingir os objetivos.

A duração do curso seria de 41 horas, distribuída em módulos, conforme o que se segue:

Quadro 1: Módulo sobre noções de primeiros socorros

UNIDADE DIDÁTICA	ASSUNTO	CARGA HORÁRIA
1	Conceituações básicas – primeiros socorros, socorrista.	1

	Noções básicas de anatomia e fisiologia humana.	
2	Equipamentos e materiais básicos usados pelo socorrista. Reconhecimento e tratamento de intoxicações.	1
3	Sinais vitais e sinais diagnósticos.	1
4	Avaliação geral de uma vítima.	1
5	Noções de desobstrução de vias aérea.	2
6	Noções de ressuscitação cardiopulmonar.	2
7	Reconhecimento e controle de hemorragias.	2
8	Reconhecimento e tratamento do estado de choque.	1
9	Reconhecimento e imobilização provisória de fraturas.	2
10	Noções de manipulação e transporte de vítimas.	1
11	Reconhecimento e tratamento de queimadura.	1
12	Avaliação do Módulo.	1
Carga horária total da unidade		16 horas/aula

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, 2014

Os desastres muito comumente causam além de transtornos econômicos e sociais, acidentes que podem comprometer a integridade física dos indivíduos. Esse módulo permitiria ao socorrista prestar um atendimento correto, sem agravar a situação da vítima até a chegada da equipe de resposta especializada.

Quadro 2: Módulo sobre desastres e a participação da comunidade

UNIDADE DIDÁTICA	ASSUNTO	CARGA HORÁRIA
1	Conceito de um desastre.	1
2	Tipos e classificação de desastre.	2
3	Conceito e reconhecimento das situações de risco de desastre (percepção do risco).	2
4	Conceituação e classificação dos danos e prejuízos.	2
5	A comunidade e os desastres.	1
6	Atividades a serem desenvolvidas pelos NUPDECs no período de normalidade e anormalidade.	1
7	Conhecendo a Defesa Civil.	1
8	Elaboração dos Planos de Contingência.	2
9	Realização de simulados.	5
10	Avaliação do módulo.	1
Carga horária total da unidade		18 horas/aula

Fonte: DUARTE, 2008 (adaptado pelo autor)

Esse módulo traria informações importantes acerca dos desastres, as listas de ameaças

que poderiam afetar a comunidade, assim como identificar as vulnerabilidades das áreas de risco frente às intempéries climáticas severas, como por exemplo chuvas intensas, com a verificação de equipamentos como: canalizações, esgotos, bueiros, paredões e aterros, etc.

Ademais os participantes saberiam como se portar quanto à comunicação dos desastres aos órgãos de apoio, bem como à população atingida, a fim de que pudessem ser colocadas em prática o preconizado pelo Plano de Contingência previamente analisado e discutido por todos os envolvidos nessas situações adversas, garantindo que as funções de cada órgão e população estejam bem delineadas como por exemplo o plano de evacuação para local previamente delimitado que facilitasse não só a logística para emergências das equipes especializadas como as ações de assistência humanitária. Ensinaamentos estes adquiridos também a partir da realização de simulados.

Quadro 3: Módulo de noções de percepção e gestão de risco e atuação inicial em acidentes

UNIDADE DIDÁTICA	ASSUNTO	CARGA HORÁRIA
1	Acidentes e emergências – Serviços oficiais de resposta de emergência e como acionar.	1
2	Importância da prevenção na gestão de risco de desastres e Noções de Biossegurança.	1
3	Noções de como agir diante de emergências.	1
4	Exercício de percepção de risco	1
5	Noções de prevenção e atuação em acidentes de trânsito e de trabalho.	1
6	Noções de prevenção e atuação em acidentes domésticos e em afogamentos.	1
7	Avaliação do módulo.	1
Carga horária total da unidade		7 horas/aula

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, 2014 (adaptado pelo autor)

Nesse módulo o participante, após conclusão, estaria habilitado para acionar de forma correta as instituições envolvidas na resposta aos desastres ou acidentes; conhecer noções de biossegurança, ter noção de como se proteger no caso de desastres naturais, dentre outros assuntos igualmente importantes.

O projeto teria início nos quartéis com condições estruturais e de recursos humanos para sua realização sem que houvesse comprometimento dos demais serviços prestados à população. O curso seria ofertado duas vezes por ano, duas vezes por semana e contaria com

um quadro de instrutores fixos devidamente treinados pelo CBMSC.

### 3 CONCLUSÃO

Entendendo a Defesa Civil como órgão multissetorial e sabendo da importância de atingir os objetivos da Secretaria de Estado de Defesa Civil (SDC) de disseminar a cultura de prevenção de desastres nos municípios, é que se faz necessária a atuação do CBMSC no processo de auxílio para construção de comunidades resilientes e por consequência melhor preparadas para as situações de desastre.

É irrefutável a importância do CBMSC não somente na resposta aos desastres, como nas demais fases do Ciclo de Atuação em Proteção e Defesa Civil. Assumir uma postura mais efetiva em todo o processo é fundamental para que se reduzam os riscos de desastres e que esses possam ser minorados quando de sua ocorrência. Deve valer-se de seus recursos humanos a fim de garantir junto à comunidade, a formação de voluntários, lideranças comunitárias, capazes de exercer um papel efetivo diante da ocorrência de desastres e instruindo a população de um modo geral para que possa adotar comportamento autoprotetivo frente a esses eventos.

Os recursos humanos e materiais dessa instituição devem ser empregados de forma extensiva com vistas a minimizar o impacto trazido pelos desastres pois como foi observado, o papel da educação e preparação para desastres é essencial e não há como deixar um município com capacidade de resposta reduzida, a mercê de seus próprios recursos, uma vez que o sofrimento será impingido à população local.

### REFERÊNCIAS

ALVALÁ, Regina CS; BARBIERI, Alisson. **Desastres Naturais: Mudanças climáticas em rede, um olhar interdisciplinar**. Bauro, Canal 6. 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Jose\\_Marengo/publication/322592026\\_Mudancas\\_Climaticas\\_em\\_Rede\\_Um\\_olhar\\_interdisciplinar/links/5a6159d7aca272a158175080/Mudancas-Climaticas-em-Rede-Um-olhar-interdisciplinar.pdf#page=205](https://www.researchgate.net/profile/Jose_Marengo/publication/322592026_Mudancas_Climaticas_em_Rede_Um_olhar_interdisciplinar/links/5a6159d7aca272a158175080/Mudancas-Climaticas-em-Rede-Um-olhar-interdisciplinar.pdf#page=205)>. Acesso em: 25 mar 2018

BANCO MUNDIAL. **Avaliação de perdas e danos: Inundações Bruscas em Santa Catarina Novembro de 2008**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/250881468232500513/pdf/NonAsciiFileName0.pdf>>. Acesso em: 20 mar 2018

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 15 mar 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Disponível <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm)>. Acesso em: 10 abr 2018.

\_\_\_\_\_. Defesa Civil. **Módulo para Multiplicadores em Proteção e Defesa Civil**. 2. ed. Florianópolis: CEPED UFSC, 2014. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/02/Defesa-Civil-Modulo-Para-Multiplicadores-em-Protacao-e-Defesa-Civil-2ed.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2018

CEPED. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Capacitação em Defesa Civil Estadual: Sensibilização para Prevenção de Desastres**. Florianópolis, CEPED, 2010. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/capacitacao-em-defesa-civil-estadual-sensibilizacao-para-prevencao-de-desastres/>> Acesso em: 20 abr 2018.

CEPED. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Capacitação Básica em Defesa Civil**. 5. ed. Florianópolis: CEPED, 2014. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/2195155/Capacitacao+Basica+em+Defesa+Civil+-+Livro+do+curso+em+Ambiente+Virtual+de+Ensino-Aprendizagem+-+5a+Edicao.pdf/7414b05c-790e-455c-9ae6-029e1a2173c7?version=1.0>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

CEPED. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Relatório dos danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais em Santa Catarina: 1995 – 2014**. - Florianópolis: CEPED, 2016. Disponível em: <[http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/04/Relat%C3%B3rio-Danos-e-Preju%C3%ADzos-SC\\_290316-BAIXA.pdf](http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/04/Relat%C3%B3rio-Danos-e-Preju%C3%ADzos-SC_290316-BAIXA.pdf)>. Acesso em: 25 fev 2018

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2012.

CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE SANTA CATARINA. Coordenadoria de Programas Comunitários. **Manual do Curso Básico de Atendimento a Emergências**. 2014. Disponível em: <[https://www.dropbox.com/sh/dbiv9zhcwwhp9m8/AAB\\_1oa1nC38ktjv\\_YJa7Ohta/CBAE-2-Edi%C3%A7%C3%A3o-Final-%20Novo%20regulamento-06-10-2014/Manuais?dl=0&preview=CBAE+-+Manual+do+Participante+-+2Edi%C3%A7%C3%A3o-2014.pdf](https://www.dropbox.com/sh/dbiv9zhcwwhp9m8/AAB_1oa1nC38ktjv_YJa7Ohta/CBAE-2-Edi%C3%A7%C3%A3o-Final-%20Novo%20regulamento-06-10-2014/Manuais?dl=0&preview=CBAE+-+Manual+do+Participante+-+2Edi%C3%A7%C3%A3o-2014.pdf)> Acesso em: 20 abr 2018.

CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE SANTA CATARINA. **Projetos Sociais**. Disponível em: <<https://portal.cbm.sc.gov.br/index.php/institucional/projetos-sociais>> Acesso em: 19 mar 2018.

DUARTE, Luiz Ricardo; MARGARIDA, Caroline; NASCIMENTO, Cristiane. **Os CONSEGs e a redução de riscos**. 2ª ed. rev./Nazareno Marcinero. - Florianópolis:

CEPED/UFSC, 2008. 154p. Disponível em:  
<[http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/banco-de-precos/doc\\_view/107-livro-conseg.html](http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/banco-de-precos/doc_view/107-livro-conseg.html)> Acesso em: 13 abr 2018

FREIRE, PAULO. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1 ed.: Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

SANTA CATARINA. **Constituição (1989)**. Constituição do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Diário Oficial do Estado, de 5 out 1989. Disponível em:  
<[http://www.defensoria.sc.gov.br/index.php/licitacao/doc\\_download/19-constituicao-do-estado-de-santa-catarina-1989](http://www.defensoria.sc.gov.br/index.php/licitacao/doc_download/19-constituicao-do-estado-de-santa-catarina-1989)> Acesso em: 17 fev 2018.

\_\_\_\_\_. Corpo de Bombeiros Militar. **Ordem de Operação Nr 3-17-ComdoG**. Florianópolis, 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Defesa Civil. **Gestão de Riscos e Gestão de Desastres**. Florianópolis:[2017?]

SILVEIRA, Markus Vinicius; CARDOSO, Christiano. **Promoção da cultura de prevenção de desastres**. *Revista Ordem Pública*, v. 9, n. 1, p. 211-222, 2016. Disponível em:  
<<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/download/120/113>> Acesso em: 28 de fev 2018

SULAIMAN, Samia Nascimento. **De que adianta? O papel da educação para a prevenção de desastres naturais**. 2014. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:  
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05022015-105746/pt-br.php>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Redução do risco de desastres no currículo escolar: estudos de casos de trinta países**. 2012. Autores: David Selby e Fumiyo Kagawa. Espanha. 2012. Disponível em:  
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002205/220517por.pdf>>. Acesso em: 5 abr 2018.

UNITED NATIONS. **Conferencia Mundial sobre la Reducción de los Desastres Naturales**. Yokohama (Japón), 1994. Disponível em:  
<[https://www.unisdr.org/files/10996\\_N9437607.pdf](https://www.unisdr.org/files/10996_N9437607.pdf)>. Acesso em: 14 mar 2018.

UNITED NATIONS. **International Strategy for Disaster Reduction**. Hyogo framework for action 2005-2015. Building the resilience of nations and communities to disasters. ISDR: Genebra. 2005. Disponível em:  
<[https://www.unisdr.org/files/1037\\_hyogoframeworkforactionenglish.pdf](https://www.unisdr.org/files/1037_hyogoframeworkforactionenglish.pdf)>. Acesso em: 10 mar 2018

UNITED NATIONS. **International Strategy for Disaster Reduction**. Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030. Third United Nations World Conference on Disaster Risk Reduction. UNISDR, 2015. Disponível em:  
<[https://www.preventionweb.net/files/43291\\_sendaiframeworkfordren.pdf](https://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordren.pdf)> Acesso em: 25 mar 2018